



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2024-0084**

**BI-2024-0095**

**1 – Dados gerais**

**1.1 - Inspeção**

**Data:** 03/06/2024

**Hora:** 14h15

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Paulo M. Pires

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

**Descrição da inspeção:**

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que define a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares de incidência ambiental aplicáveis, elencadas no presente relatório.

No local foi contactado o proprietário do estabelecimento, o qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

**1.2 – Empresa/entidade inspecionada**

**Firma/nome:** Pedro Leonardes, Unipessoal, Lda

**NIPC/NIF:** 512076219

**Sede/morada:** Engenho, s/n

**Código Postal:** 9875-109

**Freguesia:** Topo (Nossa Senhora do Rosário)

**Concelho:** Calheta (São Jorge)

**Ilha:** Ilha de São Jorge

**1.3 – Estabelecimento/local inspecionado**

**Nome:** Oficina Pedro Leonardes

**Endereço:** Engenho, s/n

**Código Postal:** 9875-109

**Freguesia:** Topo (Nossa Senhora do Rosário)

**Concelho:** Calheta (São Jorge)

**Ilha:** Ilha de São Jorge

**Atividade principal:** 45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis

**Outras atividades:** 46610 – Comércio por grosso de máquinas e equipamentos agrícolas



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Período de funcionamento:** Das 09h00 às 12h30 e das 13h30 às 18h00

**Licenciamento da atividade:**

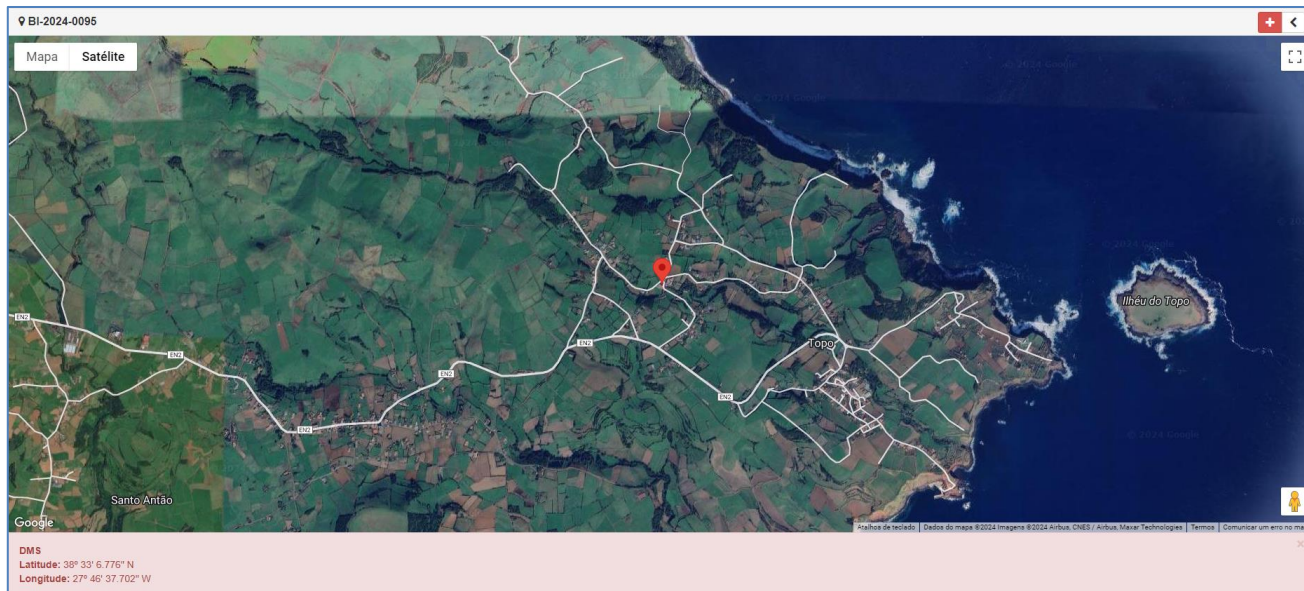


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A atividade do estabelecimento consiste na venda de tratores e outras máquinas agrícolas, venda de ferramentas e consumíveis, serralharia e reparação mecânica de tratores e máquinas industriais.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**



Figura 2.1: Delimitação do estabelecimento (adaptado de Google Earth).

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			Não aplicável
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Águas oleosas – lavagem de máquinas	Separador de hidrocarbonetos (não foi observado diretamente por dificuldade em remover a tampa)	Solo



Figura 4.1: Local de lavagem de máquinas (grelha de recolha de águas e tampa do separador).





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais**

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

**4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais**

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não cumprido	O estabelecimento possuía um separador para tratamento das águas residuais oleosas produzidas na zona de lavagem de máquinas, mas não foi solicitado o respetivo licenciamento para descarga das águas residuais tratadas no solo.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

**5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento**

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina de reparação	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de reparação	Operador de gestão de resíduos	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tipologia de resíduos produzidos		Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/>	Resíduos hospitalares		Escolha um item.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos urbanos	Oficina de reparação / comércio	Entidade de recolha de resíduos	

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Melhorar a separação de embalagens de cartão e de plástico.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Foram verificadas evidências de encaminhamento de resíduos metálicos, óleos usados, filtros de óleo, pneus usados e acumuladores de chumbo para operadores de gestão de resíduos. Os resíduos de embalagens de papel e plástico eram colocados no ecoponto.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Alguns pneus usados dispersos.
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Plano aprovado pelo ofício SAI-DRA/2016/45.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Verificada a emissão de e-GAR.
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Mapa de 2020 submetido em 17/02/2021; Mapa de 2021 submetido em 22/02/2022; Mapa de 2023 submetido em 01/03/2024 (fora do prazo) Não submeteu mapa de registo relativo a 2022. Naquele ano emitiu 7 e-Gar de acompanhamento de resíduos (figura 5.1).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Tinha para venda óleos de motor e acumuladores de chumbo sem que estivesse disponibilizada informação ao público sobre os métodos adotados para a recolha dos respetivos resíduos.
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Possuía dois reservatórios subterrâneos com 1000 litros de capacidade cada um (instalados há cerca de 20 anos). Não possuíam dispositivo para deteção de fugas nem sistema de prevenção de extravase.
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 152-D/2017	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

Código e-Gar	Código Verificação	Estado	Data Estado	Estabelecimento	Código LER	QT	OP.	OGR
AZ20220204478592	32a07e5f018444dc	Concluída	22-02-2022 14:34	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	130208	0,86400	R13	Varela e Cª Lda
AZ20220126473555	4e29a7405a164b8e	Concluída	22-02-2022 14:40	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	160107	0,42000	R13	Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge
AZ20220826583108	e868c463cda84f5a	Concluída	06-09-2022 11:41	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	130208	0,86200	R13	Varela e Cª Lda
AZ20220826583112	7b4bc7006e7c438c	Concluída	06-09-2022 11:41	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	130208	0,54700	R13	Varela e Cª Lda
AZ20221108623011	dad4f532754d4f55	Concluída	22-11-2022 11:56	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	200140	1,74000	R13	Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge
AZ20221108623011	dad4f532754d4f55	Concluída	22-11-2022 11:56	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	200139	0,02000	R13	Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge
AZ20221028617279	e5b56c9ae4ff4b7c	Concluída	29-11-2022 11:45	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	200140	1,60000	R13	Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge
AZ20221028617279	e5b56c9ae4ff4b7c	Concluída	29-11-2022 11:45	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	160107	0,10000	R13	Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge
AZ20221206637921	6abac61face54443	Concluída	21-12-2022 18:05	Pedro Leonardes Unipessoal Lda.	160103	0,35000	R13	Varela e Cª Lda

Figura 5.1: Listagem de e-Gar emitidas em 2022.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---



Figura 5.2: Acumuladores de chumbo e óleos de motor para venda.



Figura 5.3: Tampas de acesso aos reservatórios de óleos usados (imagem da esquerda). Tampa de acesso aberta (imagem da direita).



Figura 5.4: Local de descarga dos óleos usados (ligado por tubagem aos reservatórios).





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Substâncias perigosas

Aspeto não verificado.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

Aspeto não verificado.

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa (GFE):

TECO2*	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO2 < 5	0	
5 ≤ TECO2 < 50	0	
50 ≤ TECO2 < 500	0	
TECO2 ≥ 500	0	

\* TECO2 – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

#### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente ao operador de equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador tomou as precauções adequadas para evitar a libertação não intencional de GFE.	art. 3.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) O operador providenciou a recuperação de gases fluorados dos equipamentos para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	art. 8.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) O operador deu cumprimento às restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento (UE) 517/2014 (hexafluoreto de enxofre; GFE com PAG ≥ 2500 em equipamentos com TECO2 ≥ 40)	art. 13.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) O operador providenciou a verificação para deteção de fugas nos equipamentos abrangidos, com a periodicidade aplicável de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
e) O operador efetuou as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços (instalação, reparação, deteção de fugas, recuperação de gases) detém os certificados necessários para as intervenções contratadas.	art. 10.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) O operador providenciou a instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 TECO2.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
g) O sistema de deteção de fugas mencionado na alínea anterior é inspecionado pelo menos uma vez de 12 em 12 meses.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>h)</b> O operador elaborou e mantém atualizado um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas, contendo toda a informação obrigatória.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
<b>i)</b> O operador de equipamentos sujeitos a verificações periódicas para deteção de fugas comunicou à autoridade ambiental os dados sobre a utilização de gases fluorados, até 31 de março de cada ano?	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	

**7.2.3 - Verificação dos requisitos legais relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados**

Relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas, pertencentes a empresas certificadas.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
<b>b)</b> As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em camiões e reboques refrigerados, extintores e sistemas fixos de proteção contra incêndios, comutadores elétricos e as intervenções que envolvam contacto com solventes à base de GFEE, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas para o efeito.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
<b>c)</b> As intervenções em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, são executadas por pessoas singulares titulares de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	Não efetuava intervenções em sistemas de ar condicionado de veículos.
<b>d)</b> A entidade: <ul style="list-style-type: none"><li>• que presta serviços a terceiros em equipamentos de aquecimento, ar condicionado e ventilação;</li><li>• que presta serviços a terceiros em sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores de incêndios;</li><li>• que efetua intervenção em sistemas de ar condicionado instalados em veículos ligeiros (oficinas);</li><li>• que efetua intervenções em comutadores elétricos;</li></ul> comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

Aspeto não verificado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

## **9 – Instalações sujeitas a outros regimes**

### **9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental**

Não aplicável.

### **9.2 – Roedores, invasores e comensais**

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Não abrangido.

### **9.3 – Doença do legionário**

Não aplicável.

### **9.4 – Responsabilidade ambiental**

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

Não abrangido.

## **10 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000;
- b) O incumprimento do dever de submeter o mapa de registo de resíduos relativo a 2022 e a submissão do mapa relativo a 2023 fora do prazo, em violação do disposto nos artigos 167.º e 168.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;
- c) O incumprimento do dever de disponibilizar informação ao público sobre os métodos adotados para a recolha dos resíduos de óleos usado e acumuladores de chumbo, nos locais de venda destes artigos, em



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

violação do disposto no artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;

- d) O incumprimento das características de construção dos reservatórios subterrâneos para armazenamento dos óleos usados, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 62.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 3, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

- a) Deverá garantir possibilidade de remover facilmente a tampa do separador para inspeção do equipamento;
- b) Melhorar a separação de embalagens de cartão e de plástico para encaminhamento para valorização;
- c) Armazenar os pneus usados num local sinalizado para o efeito.

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 11 de julho de 2024